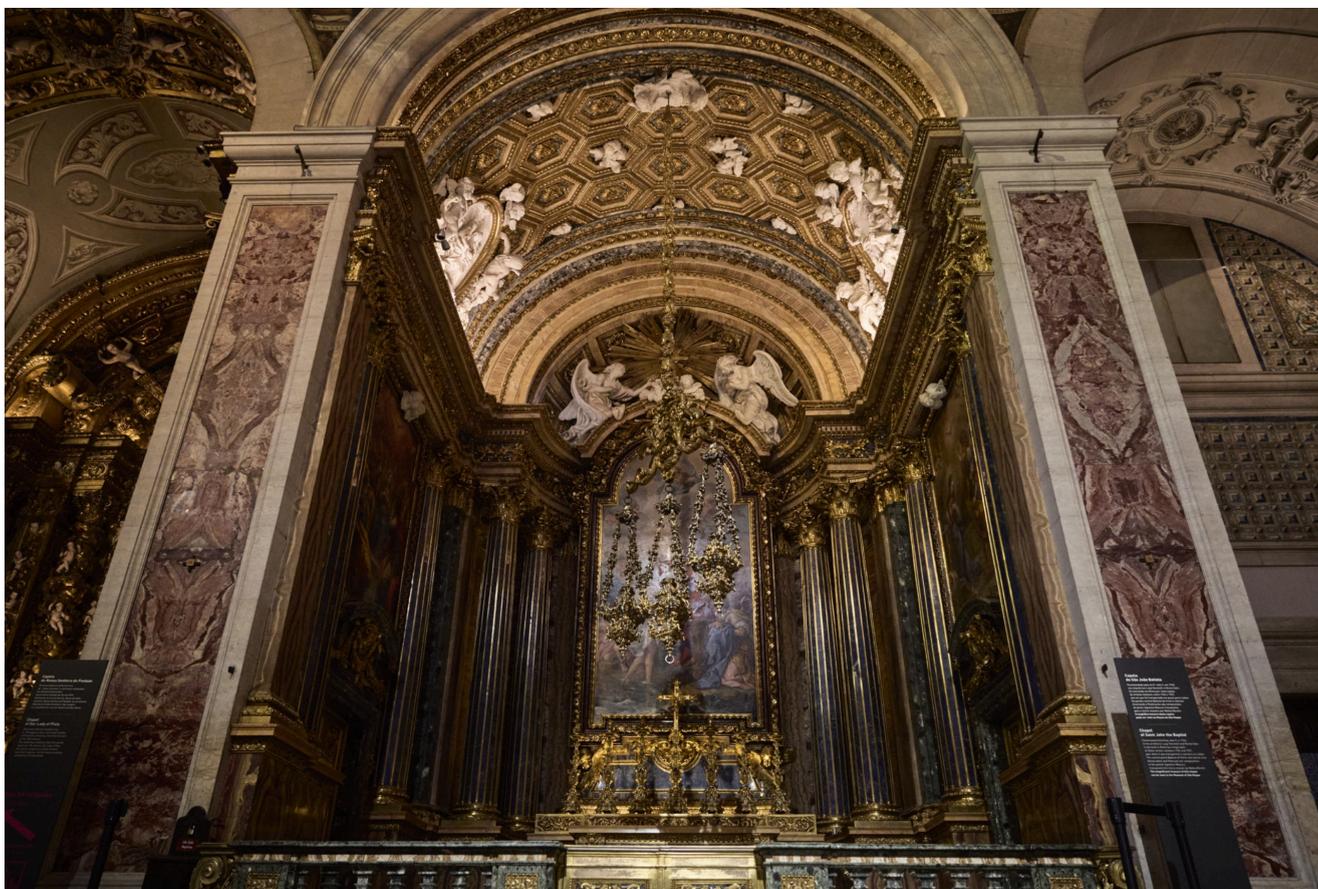


## O tesouro da capela de D. João V está finalmente prestes a ser “nacional”



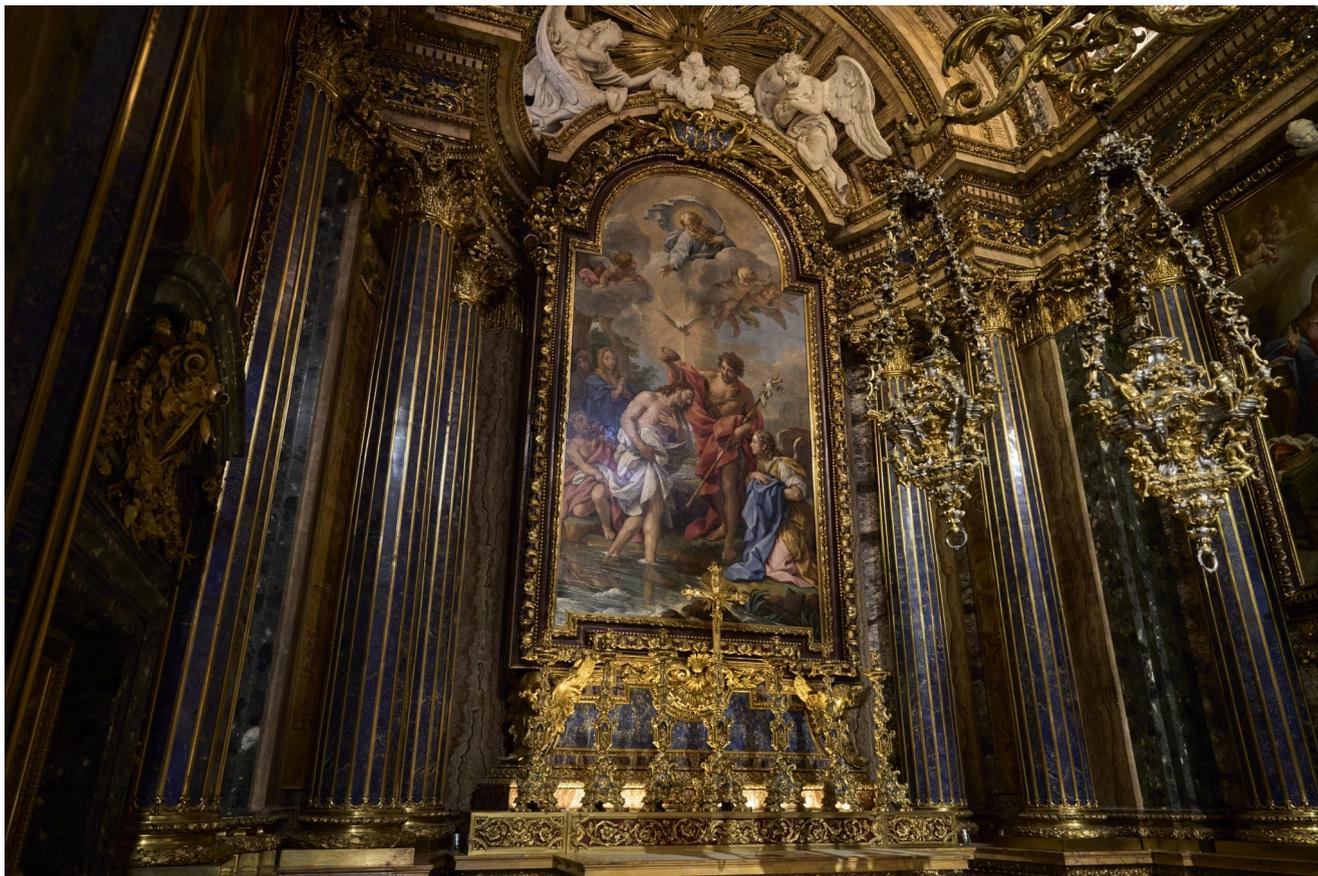
Passaram 115 anos da classificação da Igreja de S. Roque, antiga casa-mãe dos jesuítas em Lisboa, como monumento nacional e com ela a da capela que o rei D. João V ali mandou instalar, à imagem da sumptuosa basílica patriarcal que fez construir no Paço da Ribeira, arrasada pelo [terramoto de 1755](#). Passaram, também, mais de cem anos sem que o conjunto de alfaias e paramentos litúrgicos usado em missas e outras cerimónias religiosas feito propositadamente para a dita capela inaugurada em 1752, de exemplar qualidade artística e de execução, tivesse igual tratamento. Esta desigualdade entre património móvel e imóvel está, no entanto, prestes a ser anulada.

Tendo já chegado ao fim o período de 30 dias úteis para que todos os que assim desejassem se pronunciassem sobre a proposta de classificação do acervo de têxteis e de peças de ourivesaria afectos à [Capela de S. João Baptista](#) como bens móveis de interesse nacional cabe agora ao Governo tomar uma decisão sobre o seu estatuto.

Feita pela Museus e Monumentos de Portugal a pedido da direcção de cultura da [Santa Casa da Misericórdia de Lisboa](#), entidade responsável pela Igreja de S. Roque e pelo museu com o mesmo nome a ela anexo, a proposta de classificação deste espólio composto por 200 peças como “tesouro nacional” — designação informal que regra geral se atribui a bens móveis de especial relevância — deverá seguir agora para o gabinete de Margarida Balseiro Lopes, ministra da Cultura, Juventude e Desporto, passo prévio à sua já

quase certa aprovação em Conselho de Ministros, de que mais tarde dará conta a sua publicação em *Diário da República* (DR).

Mal saia em *DR*, o conjunto passará a integrar a lista de centenas de “tesouros nacionais” — peças de valor inegável, de acordo com critérios de qualidade, originalidade, exemplaridade ou raridade — existentes em Portugal, uma distinção tardia que, segundo Teresa Nicolau, directora de cultura da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 2023, vem corrigir uma injustiça.



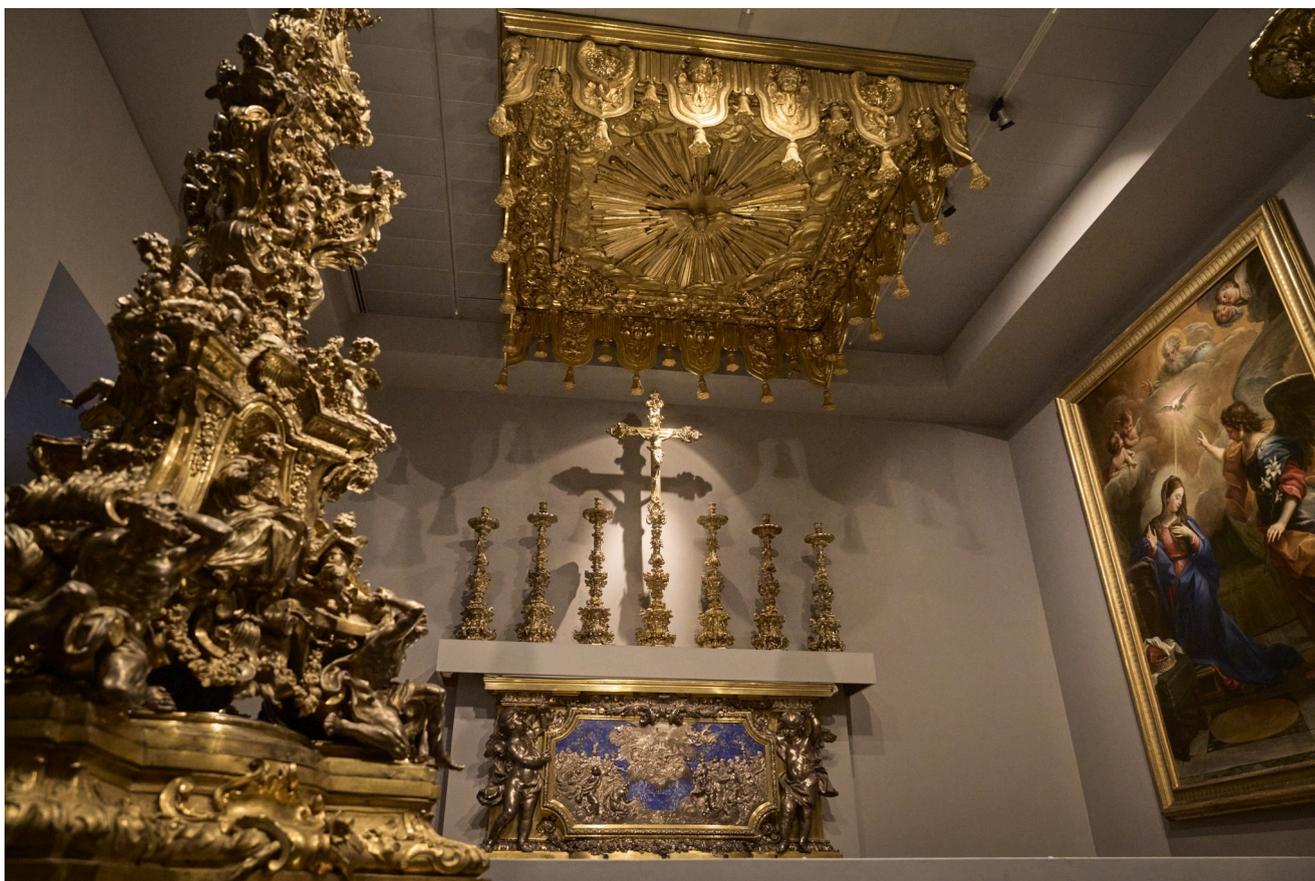
A capela real da Igreja de S. Roque é uma miniatura da basílica patriarcal que existia no Paço da Ribeira, destruída pelo terramoto de 1755

“Quando aqui cheguei surpreendeu-me muitíssimo que este tesouro não tivesse ainda sido classificado como [bem de interesse nacional](#)”, diz a directora, que tem 30 anos de carreira no jornalismo cultural e conhece bem o universo dos museus portugueses. “Como é que este tesouro podia não ser um ‘tesouro nacional’, sendo extraordinário a todos os níveis, único no mundo? Decidimos, então, propor a sua classificação.”

Embora o estatuto de bem móvel de interesse nacional tenha sido criado apenas em 2006, não há como não sentir que a classificação do tesouro da capela de [D. João V \(1689-1750\)](#) está atrasada 115 anos, já que esta igreja é património nacional desde a implantação da República, em 1910.

“Este tesouro é a razão de ser do Museu de S. Roque, que está a fazer 120 anos”, diz a directora de cultura da Santa Casa, lembrando que começou por se chamar, precisamente, Museu do Tesouro da Capela de São João Baptista, conjunto que fora mostrado pela

primeira vez em 1898 na sacristia da igreja, numa exposição que hoje podemos conhecer através de fotografias de Augusto Bobone. “É este tesouro que torna evidente a necessidade do museu, que acabou por ser um dos primeiros do país.”



O tesouro da capela está parcialmente exposto numa das salas do museu, tendo em destaque dois tocheiros monumentais, um frontal de altar e um baldaquino em cobre dourado

## Narrativa de poder

Museu e igreja complementam-se, já que da colecção do primeiro fazem parte muitas peças — pintura, escultura, ourivesaria, têxteis, desenho, manuscritos, livros — que pertenceram à companhia de Jesus, para além do tesouro da capela, tal como ela uma encomenda de [D. João V](#) a Itália, com uma forte carga política.

“Capela e tesouro fazem parte da mesma narrativa de poder e o facto de terem chegado até nós unos, praticamente sem perdas, contribuiu para a sua excepcionalidade”, diz [António Filipe Pimentel](#), historiador de arte que conhece ambos como poucos. “Classificar o tesouro da capela como bem de interesse nacional é da mais elementar justiça, já que não se deve separar um do outro – ambos são de uma qualidade extraordinária, só ao alcance de um rei como D. João V.”

Pimentel era director do Museu Nacional de Arte Antiga quando ali se realizou *A Encomenda Prodigiosa: Da Patriarcal à Capela Real de São João Baptista* (2013), uma exposição em torno da comissão régia que deu origem à capela e ao conjunto de alfaias e

paramentos litúrgicos que nela deviam ser usados nas mais variadas cerimónias religiosas, de acordo com os mais elevados requisitos.

“O tesouro da capela, que é uma espécie de [basílica] patriarcal em miniatura, prepara-a para cerimónias conduzidas pelos mais altos representantes da Igreja. Há paramentos de extraordinária qualidade para todos os tempos litúrgicos, para todas as cerimónias”, explica este historiador especializado na arte e na arquitectura do período joanino, que ainda hoje não consegue explicar como o acervo se manteve coeso e ligado à capela.

“Nas Invasões Francesas desapareceram a custódia e o cálice de ouro que pertenciam a este conjunto, mas o resto, ficou e manteve-se ligado a S. Roque. Sendo um conjunto de primeira grandeza, sofisticadíssimo, é quase um milagre que tenha chegado até aos dias de hoje e nestas condições de conservação”, acrescenta, lembrando que o tesouro resulta de uma segunda fase da encomenda real. “Quando a filha, Maria Bárbara, diz a D. João V que em Roma começavam a circular rumores de que o rei de Portugal já não era assim tão rico e poderoso, ele manda fazer este conjunto para se afirmar politicamente. E manda fazê-lo com o que de melhor havia, como era seu hábito.”



O tesouro inclui cerca de 150 têxteis, entre eles luvas e sapatos litúrgicos ricamente bordados

O monarca, recorda Pimentel, estabelece com a Igreja uma nova relação de forças, submetendo-a ao poder do rei, o que não acontecia no século XVII. “D. João V quer mostrar ao país, a Roma, à Europa, que é ele quem decide, que o patriarca de Lisboa mais não é do que o capelão do rei e que Portugal não obedece a ninguém.”

# Um tesouro indivisível

Encomendada em 1742 “aos melhores arquitectos e artistas da cidade eterna” — Nicola Salvi e Luigi Vanvitelli são os autores do projecto original, sujeito a alterações ditadas pelo arquitecto de D. João V, o alemão João Frederico Ludovice, também responsável pela obra da basílica do Paço da Ribeira e pela do palácio-convento de Mafra —, a capela ficaria pronta cinco anos depois.

Sagrada em Roma pelo próprio Papa Bento XIV, o que atesta a importância que era dada à corte portuguesa e em particular ao monarca, a capela foi depois enviada para Portugal em parcelas prontas a montar, como é comum em muitos dos móveis que hoje podemos comprar, tendo chegado a Lisboa com as suas componentes distribuídas por três embarcações. D. João V e Ludovice morreram antes de a ver ocupar o seu lugar, conhecendo-a apenas da maquete feita para a apresentar ao rei e a todos aqueles a quem o monarca pudesse, através do esplendor que o pequeno, mas sofisticado templo prometia, demonstrar a riqueza da sua corte e, assim, reclamar o poder que lhe era devido na esfera internacional.

“Ludovice envolve-se muito no projecto e através dele o rei também, que ao contrário do que pensavam os arquitectos e os artistas italianos [Agostino Masucci é o autor dos três painéis representando o *Baptismo de Cristo*, o *Pentecostes* e *A Anunciação*, feitos de minúsculos mosaicos], sabia muito bem o que queria para a sua capela”, acrescenta Pimentel, que costuma referir-se à capela como um “bem misto [móvel e imóvel]”, uma obra luso-italiana com “ direcção artística, estética e ideológica” feita a partir de Lisboa.

Na galeria do museu que hoje o tesouro ocupa, estão expostos dois tocheiros monumentais; um frontal de altar com uma cena do *Apocalipse* feito em prata, bronze dourado e lápis-lazúli; cálices e vasos de comunhão; uma salva com gomil; magníficos relicários e a segunda versão da maquete apresentada ao rei que ia pagar a conta e que muito se preocupou com os custos (a primeira desapareceu); assim como o baldaquino em cobre dourado que nunca se terá encaixado muito bem na estrutura da capela.



D. João V e o seu arquitecto, João Frederico Ludovice, morreram antes de a capela estar inslada em Lisboa. O que viram foi uma maquete como esta. Rui Gaudêncio

Nas vitrines há também dalmáticas e estolas, casulas e pluviais, todos ricamente bordados; assim como mitras e véus de cálices, para além de meias, luvas e sapatos litúrgicos com pormenores deliciosos. Nas gavetas que, estimamos, poucos visitantes abrirão, estão ainda rendas em linho flamengas e italianas, de execução primorosa.

“Quando olhamos para o tesouro da capela não podemos deixar de nos perguntar como é que aquilo se manteve assim, indivisível, como é que só desapareceu o cálice e a custódia. Deve ter sido escondido, de alguma forma. É preciso investigar para perceber como é que foi garantida a sua protecção”, diz o historiador de arte.

Teresa Nicolau quer que cada vez mais pessoas conheçam este património que sobreviveu ao terramoto de 1755 e espera agora que a classificação que se aproxima venha a servir de motor a uma requalificação do museu.

O projecto, que gostaria de pôr em marcha no próximo ano, envolve, entre outras coisas, uma nova iluminação, a modernização das vitrinas e, sobretudo, a colocação do tesouro da capela real, restaurada há 15 anos, na sala mais importante da casa, a do brasão. “Foi aqui que se fez a primeira extracção da lotaria, a que demorou 33 dias”, recorda a directora de cultura. “É o espaço mais nobre do museu e deve ser ocupado pelo conjunto de peças mais extraordinário da sua colecção. Estamos todos muito entusiasmados com a possibilidade de vir a recuperar, até, algumas das vitrinas originais em que o tesouro foi exposto inicialmente. Gostávamos que a renovação devolvesse ao museu a sua narrativa original, a que dependia, primeiro que tudo, do tesouro da capela.”

Teresa Nicolau tem também na calha uma outra classificação de bens móveis, desta vez nacional e internacional — a do arquivo associado às crianças deixadas ao cuidado da Misericórdia de Lisboa, geralmente acompanhadas de objectos e de mensagens de pais e outros familiares. “São quase 90 mil sinais de expostos [nome atribuído ao espólio que acompanhava os bebés confiados à Santa Casa] que estão à guarda do nosso [arquivo histórico](#), um espólio extraordinário que, com a Misericórdia do Porto e outros países [Bélgica, Argentina, Itália] queremos candidatar a [Memória do Mundo](#) [programa internacional da UNESCO destinado a garantir a preservação e o acesso universal ao património documental da humanidade].”

Este acervo, que em parte foi já mostrado no Museu de S. Roque, voltará a ser objecto de uma exposição a inaugurar a 17 de Novembro, data em que se assinalam os 500 anos da morte da rainha D. Leonor, fundadora da Misericórdia de Lisboa, e em que se lançará oficialmente a candidatura do arquivo dos expostos à UNESCO e se dará também início ao processo que deverá levar à sua classificação como bem de interesse nacional.

“Este arquivo faz-nos um retrato de Portugal e da infância em Portugal desde a criação da Misericórdia até ao final do século XIX”, acrescenta Teresa Nicolau. “Embora muito diferente do tesouro da capela, também é valiosíssimo e único.”